Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1. A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO E AS REFORMAS

RIO DE JANEIRO, GB, 17 DE DEZEMBRO

NA SOLENIDADE DA DIPLOMAÇAO DOS ESTAGIARIOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.

Embora repetida ano a ano, assinalando a conclusão do curso por mais um grupo de estagiários, nunca esta solenidade, de que tenho a honra de participar, deixa de ser nova e povoada de emoções. Realmente, se nos lembrarmos de que esta festividade representa mais um marco do patriótico trabalho de uma das altas instituições de cultura cívica do país, permanentemente voltada para o melhor conhecimento da estratégia, em todos os seus aspectos, e para aperfeiçoada comprensão da Segurança Nacional, não custará bem sentirmos o que significa a entrega dos diplomas agora conferidos.

Organizada para estudar o destino do Brasil, reúne a Escola Superior de Guerra cidadãos categorizados no serviço público oficial e não oficial, e que assim se tornam mais capazes para as atividades da política e da administração. Por isso mesmo, acentuou com oportunidade o ilustre Comandante desta Escola, General Lyra Tavares, os objetivos aqui visados. E o fêz com tanta propriedade que peço licença para repetir os conceitos com que definiu o trabalho de integração nacional aqui realizado: «Tal como se observa nas Escolas congêneres de outros países, criadas, também, pelo imperativo do interêsse público, a grande benemerência da Escola Superior de Guerra está em que, de nenhum outro modo mais adequado, seria possível realizar, tanto no campo do estudo, como, até mesmo, no das relações humanas, esta obra de integração e de intercâmbio livre, de idéias, dos que lidam em setores diferentes da organização nacional, com questões que se

entrosam e se intercomunicam para a mesma finalidade principal a que tôdas elas se subordinam: a da adequação recíproca do poder e dos objetivos da Nação, tendo em conta os condicionamentos que devem intervir na sua política de Segurança».

Contudo, objetivo tão nítido e patriótico não impediu que a má fé ou a ignorância buscasse assoalhar mesquinhas finalidades em lugar de uma vigorosa aptidão para bem servir ao Poder Nacional, num elevado grau de conhecimentos políticos, econômicos, sociais e militares. Quiseram mesmo apresentá-la como intrusa no meio nacional, talvez por medíocre e anti-democrática, não faltando os que tentam malquistá-la designando-a com o nome da famosa Universidade francesa — a Sorbonne. A prevenção chega mesmo à toleima de lhe atribuirem características de casta ou de inspiradora do Govêrno e conspiradora contra interêsses nacionais. E não se esquecem de espalhar os facciosos detratores que a doutrina aqui sempre atualizada submete os demais Podêres às Fôrças Armadas.

Nem falta o diagnóstico divisionista de uns, que proclamam pretenderem os militares a eliminação do poder civil, enquanto outros, fomentando a subversão, alegam estarem os meios armados do país contra o povo e os seus interêsses, embora, não raro, ambos, contraditòriamente, afundem no demagógico e anti-nacional apêlo para a intervenção armada, em apoio de pessoas ou de grupos. Há, por outro lado, os que desejariam defender o poder civil com o amesquinhamento ou o desaparecimento do poder militar, e nem sequer se dão conta de assentarem o seu anti-militarismo no absurdo e até na provocação.

A verdade, entretanto, é muito outra, pois o poder militar é apenas um fator do poder civil, como acontece com tantos outros, como o econômico e o social. Sem êle o civilismo é uma concepção que se perde no devaneio ou que deseja enfraquecer e trair a democracia. Aliás, já constitui doutrina firmada pela própria Escola Superior de Guerra o aperfeiçoamento das instituições políticas, do desenvolvimento da segurança nacional mediante a garantia da existência do poder político nacional formado pela associação de setores a êle subordinados, como o político, o econômico, o psico-social e o militar.

Não se combate o exagêro de militares mediante um civilismo exagerado, irreal ou artificial. O autêntico civilismo democrático não repudia a destinação das Fôrças Armadas, e sim militarismo de civis, daquêles que tentam a cada instante explorar o poder militar ou de militares desavisados da destinação e finalidades dos meios armados nacionais.

Por iosso mesmo, cada turma da Escola Superior de Guerra revela, em tôda a sua profundidade e sob todos os seus aspectos, a coesão de civis e militares na busca de soluções para os problemas nacionais. O que vale dizer que reflete a real imagem política do país, que dispensa pressões para servir e, para estar à altura dos imperativos da segurança nacional, não localiza esta exclusivamente no setor das Fôrças Armadas.

Observação que acredito oportuna, pois neste momento a verdadeira doutrina política brasileira faz face a estas distorções contra-revolucionárias, bem como a manifestações do inoperante intelectualismo político. Ambos esquecidos de que o idealismo vago, o tradicionalismo de fórmulas desajustadas da realidade ou o imediatismo de grupos inconformados não podem dominar o aperfeiçoamento das nossas instituições políticas. As contradições vão da renovada utopia até ao desmascarado derrotismo. Uns querem passar a limpo os enunciados de mitos, numa estranha e contemplativa posição democrática, e outros, falsos democratas, exploram aquêles para confundir a opinião pública contra a renovação nacional. Contudo, deve ser reconhecido existir entre os honestos utópicos os que verdadeiramente almejam e acreditam no equilíbrio de elementos tão antagônicos, sem avaliarem que daí redundaria para o país o imobilismo ou o caos, e que muitos dêstes teóricos não custam, nos momentos de malôgro de suas concepções e em nome de uma democracia inexistente, em apelar para a exceção, nada constitucional, da intervenção das Fôrças Armadas.

Neste século, e até recentemente, regimes democráticos se desintegraram ou entraram em decomposição, por insistirem em preservar fórmulas arcaicas, alheios à realidade nacional e mundial. E não lhes faltaram a acomodação à estagnação econômica e à fraude das liberdades fundamentais. A irresponsabilidade im-

pune passou a ser um direito em promíscua e harmônica corrupção de elementos dos três podêres independentes.

No Brasil, na fase imediatamente anterior à Revolução, se não tivemos tôdas aquelas características, nem por isso deixou de ser promovida, desde 1956, uma política de gradativa destruição interna e desmoralização externa do país, completamente contrária aos interêsses do povo.

Daí o imperativo de o Brasil possuir uma Constituição que seja democrática, com liberdade e responsabilidade, e na qual haja meios seguros de defender as instituições.

Quem, senão a Revolução, defendeu, em 1964, a propriedade, o erário público, e a moral política e administrativa? Quem, senão o movimento de 31 de março, salvou o Brasil de uma subversiva minoria e salvaguardou assim os direitos dos brasileiros?

Com uma Constituição vulnerável a vários tipos de crise, a Nação vinha há muito inquietada entre as alternativas inelutáveis da anarquia e da ditadura. E a Revolução eliminou uma e evitou a outra. Por que não se completar agora a institucionalização da Revolução?

O projeto da nova Constituição brasileira inspirou-se exclusivamente nas aspirações nacionais de bem-estar do povo, de desenvolvimento ordenado, de paz social e política na base da liberdade e da autoridade. Não há o pressuposto da coexistência, no mesmo nível, do poder civil e do poder militar, nem a contradição entre tais podêres. O poder político nacional, único e soberano, e o poder jurídico, garantia daquêle, foram estruturados objetivamente. O que mostra não encerrar a futura Constituição a intenção de ditadura, embora não se vulgarize em formular proposições sabidamente vazias e inócuas, impraticáveis ou destituídas de objetividade na preservação da democracia.

Por isso mesmo, promulgada, como deseja a Nação, a futura Carta Magna, nela encontrarão os que aqui se votam ao estudo dos mais altos problemas do País, um instrumento ao mesmo tempo flexível, capaz, pronto para assegurar a democracia e as garantias

que lhe são inerentes, bem como estruturar em bases sólidas o desenvolvimento e o progresso do país.

Aberta a brasileiros das mais diversas categorias, homens de profissões liberais, empresários, funcionários públicos, militares, tem sido e continuará a ser a Escola Superior de Guerra um ativo e alto centro de estudos dos problemas fundamentais do Brasil. E, embora não precise aprimorar o patriotismo dos que para aqui vêm em busca de nova e segura visão da nacionalidade, é ela, certamente, extraordinário núcleo de aprendizagem da vida, das possibilidades e dos grandes interêsses vinculados ao Poder Nacional, cujo permanente e continuado desenvolvimento tem de ser, necessàriamente, o objetivo e o trabalho de todos os brasileiros. E para colimar tão elevados desígnios, não poderia estar confiada a melhor direção do que a do ilustre General Lyra Tavares, cujas virtudes cívicas correm parelha com a cultura com que dia a dia aumenta os conhecimentos sôbre a nacionalidade.

Estou certo, aliás, de que os que hoje concluem o curso da Escola Superior de Guerra e aos quais tenho a honra de me dirigir, conservarão aquêle mesmo espírito de solidariedade, senão de orgulho, das turmas anteriores e que é o fruto do bom convívio, da camaradagem, com que, nas horas aqui vividas, aprendem a melhor conhecer, a mais confiar e talvez a mais amar a nossa grande Pátria. É êle, por certo, o melhor testemunho da magnitude desta Escola, onde não se faz outra coisa senão preparar brasileiros para que possam melhor servir ao Brasil.

Congratulando-me, pois, com os diplomandos de hoje, os meus votos são porque livres de temores, superiores às injustiças, continuem a ter a certeza de que estamos construindo realmente uma grande Nação graças a um trabalho de que se orgulharão as gerações futuras.